



255
Alm

Licença N.º 1041

de 7 de Julho de 1929

Guia bancaria Municipal do Porto

Registado

sob o n.º 7189

20 MAIO 1929

Filipe Carlos Barbosa, residente na rua do Lindo
Vale N.º 463, pretendendo mandar construir
o 696460 um predio na rua de São Tiago proximo
a 4968 do predio N.º 121 e em conformidade com
o projecto feito, porissso.

Pede à Sra. da Cadeia se dirige conceder
lhe a respectiva licencia, pelo que.

Pede deferimento.

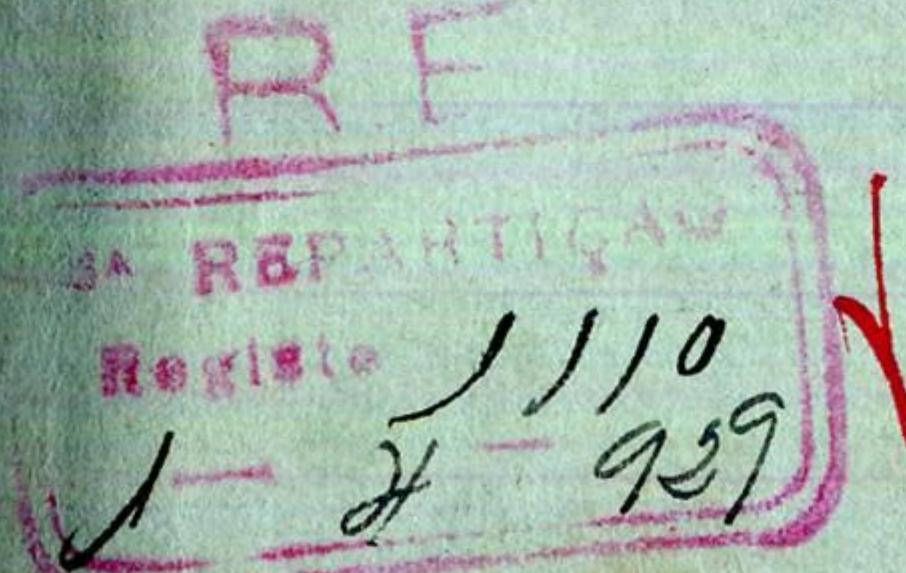
Porto, 1 de Abril de 1929

Pelo requerente

José Coelho de Britas

Para entrar no cofre Municipal da quantia de
Esc. 489.50 constante da informação 144/1929
foi passada a guia N.º 1195 que n'esta data
foi enviada a thesouraria.

Reg.º da Fazenda Municipal, 12 de Junho de 1929



DEFERIDO
NOS TERMOS DA INFORMAÇÃO
Pelo, era assado da Comissão Executiva

1º de Maio de 1929

Paulo José Pinto
S. L.

Fim de responsabilidade

O abaixo assinado, declara assumir a res-
ponsabilidade pela segurança dos operários
nos termos do Regulamento de 6 de Junho
de 1895, mas obras retro mencionadas.

Porto 1 de Abril de 1929



Reconheço a assignatura *supra*
Porto, - 1. ABRIL 1929





ACADEMIA, PORTO EM CÂMARA.

Maior DE 1929

O PRESIDENTE

256
Maior

~~Memória descriptiva para a construção de um predio que o Srº Filipe Carlos Barbosa, pretende construir no Terreno que manteve de São Isidro, próximo do predio N° 121.~~

1º O predio destina-se a uma habitação. 2º Os alicerces assentam-se em terreno firme e serão esotados por uma camada de asfalto. 3º As paredes de elevação serão construídas em perfis de 0,30 4º As fachadas serão regularizadas pelo projecto, sendo revestidas com argamassa de cimento as feitas, frisos e portões. 5º A cobertura será feita com telha tipo marseilha. 6º Os travessamentos e madeiramentos da armazém serão em pinho nacional de 0,78 x 0,08. 7º As madeiras a empregar no exterior serão em cortândos e no interior serão em pinho nacional. 8º A escada interior será em madeira e a exterior será em granito. 9º A cozinha, quarto de banho e refeitos serão formadas com paredes de pedra e tijolos levados, mosaico, serão revestidas com azulejo até altura indicada e o restante das paredes e tectos serão rebocados e caibados. 10º A chaminé será construída em tijolos e ficará esotada dos madeiramentos. 11º Todas as fachadas, paredes e tapamentos serão rebocados e caibados. 12º Serão instalados tres refeitos, uma bancada de corintha, um lavatório e um bidet, sendo feito o pavimento conforme o Regulamento aprovado em 30 de Maio de 1925; 13º Todos os tubos serão de grés vidrado, conforme os diâmetros indicados no projecto serão direitos bem calibrados.

dos, terão um declive superior a 2%, serão assentes em linhas
rectas entre caixas e as suas junções serão tomadas com argamassa
de cimento. 14º Os tubos de queda e os que atravessam a habitação
serão envolvidos em betão com a espessura mínima
de 9^{1/2}. 15º O tubo de ventilação será de ferro galvanizado
de 9^{1/2} de diâmetro, sendo ligado às bacias e profundiamente 100
para do cume do telhado. 16º As bacias das latrinas serão de
louça vidrada com sifão e levarão auto-culisso. 17º A banca
de corinha será munida de sifão de gorduras. 18º As camara
nas interiores terão 0,60 x 0,70 e a camara que fica na sua
terá 1,00 x 0,70, levará um sifão de ligação e uma volvula
aspiradora a qual ficará no muro da frente e na altura
de 2,50. 19º As águas pluviais serão canalizadas para o
aquecimento da reca. 20º O predio será abastecido de água
do Rio Poouza sendo todas as canalizações em ferro gal-
vanizado de diâmetros apropriados. 21º Todos os traços
dos serão bem executados com bons materiais e em
tudo mais será respeitado os Regulamentos sanitários.

258
Ari.

CNP
AG



Sen. Camara Municipal do Porto

Filipe Carlos Barbosa, morador na rua da
Linda Vale N.º 463, tendo -se ficado esperado
o projecto P. R. 6.1110 de 1 de Abril do corrente
ano, para a construção de uma casa na
rua de S. Joaquim, junto ao predio N.º 121
por isso vem apresentar o aditamento
à memoria descritiva, pelo que.

Pede deferimento

Porto, 26 de Abril de 1929

Pelo requerente

José Boelhos de Freitas

R.E.



DEADERIDO

NOS TERMOS DA INFORMAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA

17 de maio de 1989

~~Paulo~~ do secondo Peru
B - L

APPROVADA PORTO EM CÂMARA

17 DE Maio DE 1922

O PRESIDENTE



259

CMP
AG

Paulo de Freitas

Attestamento à memoria dirigida referente à
construção de um predio que o Exmo Srº Filipe
Barros Barroso, pretende construir na Rua de
S.º Frei Pedro proxima ao predio N.º 221.

1º Os quartos e escritórios indicados na cava, serão travessas
escolhidas e levarão uma caixa d'ar de 3^{ft} de altura em
conformidade com a indicação no projecto feito pelo arqº G. P.
em cuja caixa d'ar serão aplicados necessários ventiladores.
Os pavimentos serão compostos das caves levarão
betonita depois de estarem molhadas com argamassa todas as
paredes e alçaves.

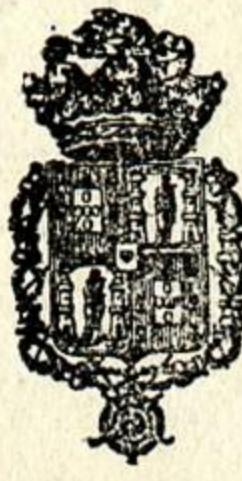
2º Todas as paredes de elevação e suporte que formam as caves
do predio serão convenientemente escolhidas das humidades e
para esse fim levarão uma camada de argamassa pelo lado
exterior e uma camada de cimento pelo lado interior, as quais
serão ainda ligadas horizontalmente.

3º Os dois compartimentos da frente são unicamente desti-
nados a adega, armazém ou armazém e uma será destina-
da à habitação e para esse fim, já os seus pavimentos
serão cimentados.

4º Todas as águas pluviais serão provisoriamente canali-
zadas para a rede da Rua finto do passeio, e logo que este
for construído o aqueduto municipal serão canalizadas
para o referido aqueduto.

5º Todos os trabalhos serão bem executados com bons mate-

riais e em tudo mais serão respeitadas as Todas as Prescrições Municipais que mesmo durante a constituição sejam exigidos
peça ^{mo} Bamarca.



CM
AG

Câmara Municipal do Pôrto

3.^a Repartição—Técnica—Municipal

N.º 119 R. E.

Data 1/4/929

Requerente: Filipe Caetano Barroso

Especificação da obra: Construção de seu predio

Que se destina a: habitação

Situação: Rua Sáeis Feitos

Responsável: José Caetano Feitos

Informações

Inspecção de Saúde

Pelo que se refere à salubridade:

Não satisfaz. Não indica o preenchimento das chaves. Se não existem não tem corria de ar. Não indica a forma de evitar a humidade nas mesmas casas. Os dois comportamentos d'elles, que pelo visto são habitadas, portados e armazens e adega, só poderão ser controlados, se forem assentados que não tenham jamais visto destas. Diz que as aguas pluviais não para o agredem to ferir mas, como está o não tem, ficasse entendendo que serão controladas para elas, logo que o haja. Para o que não devem ser dirigidas as águas pluviais, pois sacrificam este Inspecção que não podem projectar casas projectadas.

Porto suspenso a partir 15-4-29

Após os atentos sul suspenso

~~Satisfazem as condições para a data de 26-4-29~~

Porto suspenso a partir 27-4-29

Assinatura - Subscritor

S. M. Aguas e Saneamento

Relativamente ao saneamento:

Satisfaz, ficando da responsabilidade do técnico a posição e a cota do extremo do canal em que se acha ligado a canalização pública, em particular.

4/V/27

Baneruy

Comissão de Estética

COMISSÃO DE ESTÉTICA

DA

CIDADE DO PORTO

Sexta feira 16 de Abril de 1927

O Secretário

APROVADO

2.ª Secção

Pelo que diz respeito à estabilidade:

Satisfaz
4/V/27

Baneruy

Medic

CMP
AG

261

Sobre medidas do projecto:

Importancias cobradas:

Taxas:

Extensão horizontal das fachadas voltadas á via pública	
» » » vedações á face da » »	
Superfície das fachadas	
» » varandas sobre a via pública	
Número de pavimentos	
Superfície coberta	

9,00 m ^l	Fixa Lei. 14.027.	3 \$ 00
3,5 m ²	Por m. lin. de fachada	22 \$ 50
10,5	» » » vedação	7 \$ 50
	» m ² de fachada	12 \$ 25
	» » » varanda	— \$ —
	IMPOSTO DE SANIDADE:	
	Para a Câmara	50 \$ 00
	Para o Estado	50 \$ 00
	Emolumentos para a Câmara	4 \$ 50
	» » o Estado	7 \$ 50
	Sobretaxa de emolumentos	5 \$ 70
	Imposto de sêlo	7 \$ 30
	Construção de passeio	— \$ —
	Impresso	\$ 25
	1 0% para o cofre geral de emolumentos	— \$ —
	Salg. 5,13	6 \$ 10
m ² De Saneamento	cto. 11.º	\$ 50
243,0	Depósito de garantia	489 \$ 50
	Total	696 \$ 60

juntou nosso requerimento em 26/4/1929
Vice

3.^a Secção

Sobre alinhamento, nível de soleiras, construção de passeios, ruas particulares e projectos de melhoramentos:

Tem de refrescar alinhamento e nível de soleiras, não fazendo passeio por não estar reparada a pavimentação da rua.

7-IV-1929

A. Nobremente suscita J.

Inspecção dos incendios

Quanto ao risco de incendios:

Questionei todos os paverlos se consideravam a parte em
tijolo e de cimento armado a prever menor risco
de incendio do que em alvenaria. Questionei a chaminé
e respostas foram a tijolo.

Porto, 12 de Maio de 1928
Nº 1229

Do Engenheiro-Chefe:

Informo estar o pedido em termos
de ver definido, nas condições supra.

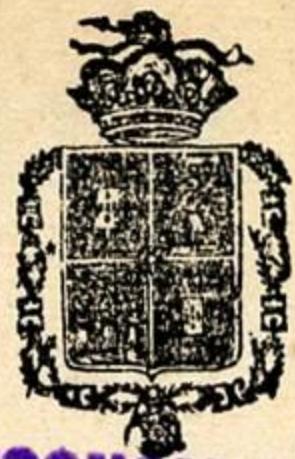
14-5-929
O Engenheiro-Chefe
M. M. M.

Proposta do Vereador do Pelouro:

Propõe-se definir o risco
as condições I para

12/5/1928
A. Ribeiro

Câmara Municipal da Cidade do Pôrto



CMP
AG

262
Alm.

ECONÓMICO

ANO CIVIL DE 1929/29

Guia de entrada de depósito N.º 1195

Despacho de 12 de Junho de 1929.

Dinheiro corrente.....	489 \$ 50
Papeis de crédito.....	~ \$ ~
Total Esc... .	489 \$ 50

Pela presente guia vai *Filipe Soeiro Barbosa*

entrar no Cofre desta Municipalidade com a quantia de quatrocentos e oitenta e nove escudos e cinquenta centavos

como depósito de garantia ás condições em que lhe foi concedida a licença n.º 1044, para exercer a profissão na rua de Santa Catarina, nº 12.

quantia de que o respectivo tesoureiro passará o competente recibo.

Porto e 2.º Repartição Municipal, 12 de Junho de 1929

O Chefe adjunto.

Luis Ant. Almeida

Recebi a quantia de quatrocentos e oitenta e nove escudos e cinquenta centavos supra mencionada.

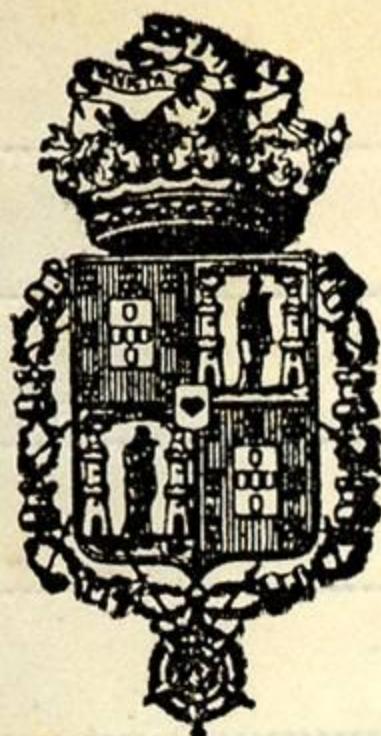
Tesouraria Municipal do Porto, em 12 de Junho de 1929

Registada

Em de de 192.....

O Tesoureiro,

José António Braga



Câmara Municipal do Porto

3.ª REPARTIÇÃO - TÉCNICA

4.ª Secção - Arquitectura e Edifícios



LICENÇA PARA OBRAS EM EDIFÍCIO PARTICULAR

N.º 1041 do ano de 1929

Com as condições impressas no verso e as que vão abaixo exaradas é concedida esta licença
a Filipe Carvalho Barbosa
para mandar fazer as obras nela descritas e documentos anexos, sob a direcção do Engenheiro
Exequiel Guedes de Freitas
e do _____
no local aqui indicado.

Especificação da obra: Novo prédio

Que destina a Salão social

Situação Rua do Dr. Isidro, praxº as n.º 121

Pórtico e Paços do Concelho, 1 de Janeiro de 1929

Felipe Carvalho Barbosa

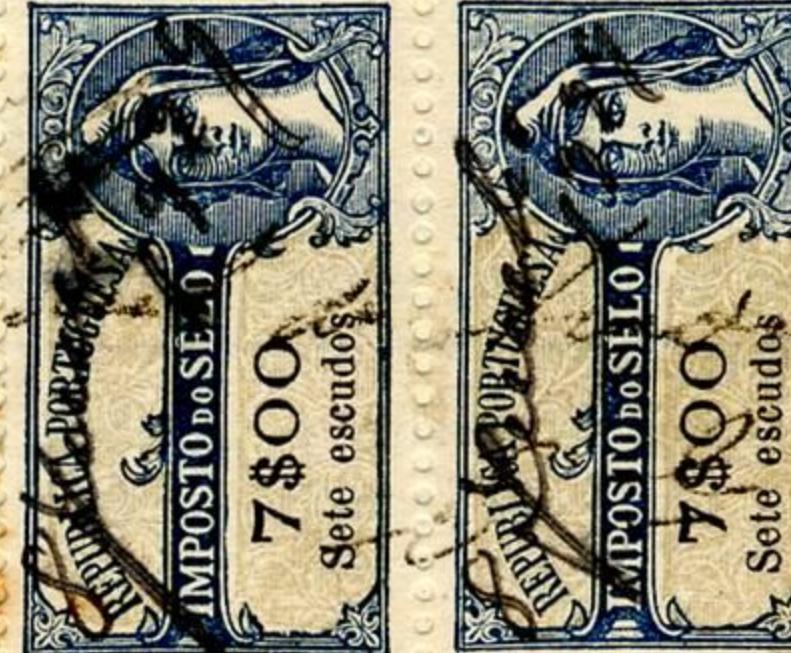
Engenheiro Chefe da 3.ª Repartição, subscrevi.

Importâncias cobradas

TAXAS:

Fixa.	\$ 22.50
Por m. lin. de fachada .	22.50
» » » vedação .	7.50
» m ² de fachada .	12.25
» » varanda .	5.00
Imposto (Para a Câmara .	50.00
de Sanidade Para o Estado .	50.00
Emolumentos para a Câmara .	4.50
Sobretaxa de emolumentos .	5.40
Imposto de sêlo .	3.30
Construção de passeio .	— \$ —
Impresso .	2.50
Correio geral de emolumentos .	6.00
Depósito de garantia .	189.50
Emolumentos Lei 14:027.	2.00
» art.º 11º.	5.50
Selo administrativo .	17.50
Total	696.00

O Presidente da Comissão Administrativa,



REGISTRADA

Guia Dep.

Requerimento n.º

110

de R. E.

Condições em que é concedida esta licença

- (a) Executar o aditamento à Ordem
ria de escritura, importada pela Inspeção
de Saúde, de 26-4-1929.
(b) Utilizamento e guarda do local
para a recuperação.
(c) Fica da responsabilidade do
titular a posição e a costa do extra
mo de edifício não ligado ao lajeado
muro.

Resumo das principais condições a que estão sujeitas as obras a realizar nos edifícios particulares, segundo o preceituado no Regulamento de Salubridade e Posturas Municipais:

1.^a A obra deve ser começada dentro do prazo dum ano a contar da data da licença e esta é válida apenas por 2 anos, findos os quais terá de ser renovada, nos termos em que a Câmara então julgar conveniente.

2.^a A licença, projecto e documentos anexos devem estar sempre patentes nas obras para serem examinadas pela fiscalização.

3.^a Antes de começarem a fazer-se as fundações serão pedidos ás repartições respectivas os elementos para a sua implantação.

4.^a Os edifícios sujeitar-se-hão ao alinhamento e nível de soleiras que fôr determinado pela repartição respectiva.

5.^a Sendo toda ou parte da construção feita em cimento armado, observar-se-hão as prescrições do Decreto n.^o 4:036 de 28 de Março de 1918, devendo a obra ser dirigida por um engenheiro português.

6.^a Os páteos colocados entre os prédios que tenham altura inferior a 18 metros devem ter, pelo menos, 30 metros quadrados de superficie, com a largura minima de 5 metros. Se a altura dos prédios exceder 18 metros, deverão os páteos ter, pelo menos, 40 metros quadrados de superficie, com a largura minima de 5 metros.

7.^a Nos saguões ou páteos interiores: se são destinados a iluminar e arejar cozinhas terão, pelo menos, 9 metros quadrados; sendo destinados a iluminar vestíbulos, antecâmaras ou escadas terão, pelo menos, 4 metros quadrados.

8.^a As entradas e passagens de serviço a céu aberto, apenas separadas da via pública por muro de vedação, devem ter as seguintes dimensões minimas:

a) Quando as fachadas voltadas a essas entradas ou passagens possuirem aberturas destinadas a iluminar e arejar salas ou quartos:

12^{m2} de superficie, com a largura de 1^m,50 para casas só com rez-do-chão.

20^{m2} de superficie, com a largura de 2^m,30 para casas com 1 andar.

30^{m2} de superficie, com a largura de 3^m,20 para casas com 2 andares.

40^{m2} de superficie, com a largura de 4^m,00 para casas com 3 andares.

50^{m2} de superficie, com a largura de 5^m,00 para casas com 4 andares.

b) Quando essas aberturas fôrem destinadas a iluminar e arejar cozinhas, retretes e caixas de escadas:

4^{m2} de superficie, com a largura de 1^m,50 para casas só com rez-do-chão.

4^{m2} de superficie, com a largura de 1^m,50 para casas com 1 andar.

5^{m2} de superficie, com a largura de 1^m,80 para casas com 2 andares.

6^{m2} de superficie, com a largura de 2^m,00 para casas com 3 andares.

9^{m2} de superficie, com a largura de 2^m,50 para casas com 4 andares.

9.^a A altura mínima dos andares entre o pavimento e o tecto râ: para o rez-do-chão e o primeiro andar 3^m,25, para o segundo 3^m,00, para o terceiro andar 2^m,85 e para os demais andares 2^m,75.

10.^a Os compartimentos que tiverem uma das dimensões da superficie superior a 1^m,50 terão abertura ou janela para o ar exterior.

11.^a Os quartos devem ter pelo menos 25 metros cúbicos e uma janela para o ar exterior.

12.^a As janelas devem ser amplas para darem fácil entrada ao ar e á luz tendo pelo menos um décimo da superficie de compartimento.

13.^a Nas fábricas, oficinas, escritórios, armazens ou outros locais de trabalho haverá, pelo menos, a capacidade de 8 metros cúbicos por pessoa, alén da conveniente iluminação natural e ventilação que assegure uma renovação de ar suficiente em relação ao número de pessoas que podem conter.

14.^a As paredes e o revestimento de pavimento e tecto nas cozinhas ou outros locais onde haja fornalhas ou fornos ou se depositem combustíveis líquidos ou outras substâncias facilmente inflamaveis, devem ser de materiais incombustiveis.

15.^a As chaminés serão totalmente de materiais incombustiveis, devendo o seu paramento interior ficar afastado 0^m,20 dos madeiramentos.

16.^a Nas claraboias deve haver ventiladores.

17.^a Em cada domicílio deve haver, pelo menos, uma sentina, constando de autoclismo, bacia, sifão e acessórios.

18.^a As janelas das sentinelas terão o minimo de 0^m,30 × 0^m,50 dando comunicação com o ar exterior.

19.^a Antes de se começarem a fazer as instalações sanitárias que terão de ser ligadas á rede do Saneamento, deverá o proprietário avisar a fiscalização Municipal do Saneamento, pelo menos com 48 horas de antecedencia.

20.^a Sómente nos prédios que não possam ser ligados á rede do Saneamento poderão existir fóssas, desde que tenham interiormente um reboco de cimento de modo que não fiquem fendas que deem logar a infiltrações, e tenham os angulos interiores arredondados e o fundo concavo e sendo fechadas hermeticamente.

21.^a Haverá, pelo menos, um tubo geral de ventilação dos esgotos, cuja abertura superior ficará, pelo menos, 1^m,00 acima do espingão do telhado. A este tubo serão ligados todos os sifões e encanamentos que conduzam líquidos que exalem cheiros desagradáveis ou insalubres.

22.^a As sentinelas, fóssas, esgotos ou outras instalações sanitárias só poderão ser utilizadas depois da Câmara as mandar vistoriar e autorizar por escrito o seu funcionamento.

23.^a As obras não poderão ser executadas de forma diversa da que constar do projecto e respectivos documentos anexos. Para fazer alterações deverá ser obtida licença préviamente.

24.^a Quando o projecto fôr alterado contra o disposto nestas condições, a Câmara mandará demolir, em prazo fixo, as obras não consentidas e findo o prazo mandará que os seus operários procedam á demolição por conta do proprietário.

25.^a Não sendo cumprida qualquer destas condições, o proprietário e o responsável da obra serão autoados nos termos legais.

26.^a Caso se prove inexactidão ou erro no projecto da obra ou esta não seja executada de conformidade com êle, com as condições aqui exaradas e legislação aplicável, a Câmara poderá anular, temporária ou definitivamente nos registos municipais a inscrição do técnico responsável pela execução da obra.

27.^a O proprietário das edificações em que as obras se realizem deve, logo que estas terminem, comunicar o facto á Câmara para se efectuar a vistoria. Só depois desta vistoria é que a Câmara concederá licença para o prédio ser habitado ou outra qualquer construção utilizada.